

Valor ECONÔMICO

A16 | Valor | Quarta-feira, 7 de agosto de 2019

Infraestrutura Brasil e Paraguai tentam concluir ainda este mês nova regra para repartição da energia excedente

Sem faturamento, Itaipu aguarda por novo acordo

Rodrigo Polito

Do Rio

Um dos principais desafios da diplomacia do governo Bolsonaro pode ser definido neste mês: o acordo para a contratação anual de energia de Itaipu e para a repartição, entre Brasil e Paraguai, do excedente produzido pela usina. Pelo menos, é isso que espera Itaipu Binacional, empresa dona da segunda maior hidrelétrica do mundo e que não pode emitir faturas de energia da usina enquanto não houver um consenso entre as partes. O tema, sensível para a política paraguaia, voltou a estremeecer esta semana o governo de Mario Abdo Benítez, com um novo pedido de impeachment.

De acordo com informações de Itaipu, as estatais Eletrobras e a Administración Nacional de Electricidad (Ande), do Paraguai, retomaram as negociações.

“As negociações já começaram, e a expectativa é que se chegue a um acordo em um mês, considerando a urgência, pois a Itaipu está sem faturamento”, informou a empresa, em nota ao **Valor**. Sem o

acordo, Itaipu não consegue honrar seus compromissos financeiros, como pagamento de royalties, folha de pagamento e a própria dívida de construção.

“A Itaipu está sem faturamento, entretanto Eletrobras e Ande seguem fazendo depósitos à Itaipu, em valores inferiores àqueles que precisamos para honrar todos os nossos compromissos financeiros”, completou a companhia.

De acordo com reportagem publicada pelo **Valor** na última semana, Itaipu Binacional já deixou de receber neste ano US\$ 54,9 milhões em razão da falta de acordo entre os dois países em relação ao contrato de potência. Se as partes não chegarem a um consenso, essa fatura em aberto pode chegar a US\$ 130 milhões até o fim do ano.

De acordo com o Ministério de Minas e Energia, o assunto está

em nível técnico. Procurada pelo **Valor**, a Eletrobras não se manifestou sobre o assunto.

Diferentemente do Anexo “C” do Tratado de Itaipu, que trata das regras de comercialização de energia da hidrelétrica e que vencerá em 2023, o acordo em negociação neste momento é, em tese, mais simples. Na prática, ele é referente apenas ao montante de energia que cada entidade (Eletrobras e Ande) contrata para o ano seguinte. Ocorre que Itaipu, em geral, produz energia excedente, oriunda das duas últimas turbinas. A concepção original do projeto, sob a qual foi firmado o financiamento, previa 18 máquinas, em vez de 20 unidades. A energia excedente, portanto, tem custo mais baixo.



Claudio Sales: “O Paraguai declara necessidade de potência menor. E consome quase toda a energia excedente a custo menor”

Segundo o presidente do **Instituto Acende Brasil**, centro de estudos do setor elétrico brasileiro, **Claudio Sales**, o lado paraguaio tem contratado um volume menor de energia anualmente. Quando a demanda é atingida, ele consome o excedente da hidrelétrica, pagando menos por isso. “O Paraguai declara uma [necessidade de] potência menor. E consome quase toda a energia excedente a um custo menor”, afirmou o especialista.

O Brasil quer justamente firmar um novo contrato, ampliando o volume contratado pela Ande e determinando que a energia excedente da hidrelétrica seja repartida igualmente entre as partes.

Segundo Sales, a forma como vem sendo contratada a energia de Itaipu penaliza, em última instância, o consumidor brasileiro, que acaba pagando um valor

mais caro. “O Brasil deve sentar à mesa [de negociação] sem arrogância, mas com altivez, para deixar claro os termos do Tratado de Itaipu e buscar a compensação com relação a esse benefício que o Paraguai teve”, completou.

No fim do mês passado, a negociação do acordo entre os dois países sem divulgação gerou uma crise política no Paraguai, causando demissões de representantes do governo daquele país e um pedido de impeachment de Abdo Benítez, por “traição à pátria”. O pedido, porém, havia perdido força, após o governo Bolsonaro cancelar a ata.

Ontem, porém, o jornal “ABC Color”, do Paraguai, publicou reportagem a partir de vazamento de informações que indicavam que, supostamente, Abdo Benítez sabia da negociação e que recebeu pressão do Brasil para assinar o

acordo. A oposição paraguaia fez novo pedido de impeachment.

Segundo Thomaz Favaro, diretor da consultoria Control Risks, o impasse atual em Itaipu é um tema mais sensível do ponto de vista político do que econômico. Conforme informado pelo **Valor** na última semana, o efeito líquido da negociação seria de US\$ 250 milhões em quatro anos.

No meio do impasse, a nova diretora jurídica da parte brasileira de Itaipu Binacional, Mariana Thiele, tomou posse ontem destacando o caráter jurídico do Tratado de Itaipu. (*Colaboraram Rafael Bitencourt e Daniel Rittner, de Brasília*)